PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Programa de Pós-Graduação em Administração e Programa de Pós-Graduação em Economia FEA/PUC-SP

SUSTENTABILIDADE

Desafio 10 - APRENDISAGEM

Disciplina Sustentabilidade 1s 2019
Turma: ADM-ND7
Prof. Dr. Arnoldo José de Hoyos Guevara

Artur Santos Borlina,
Lethicia Nobaro Tengan,
Matheus Pereira de Freitas

São Paulo – SP

2020 – 1 Sem.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 3
CAPÍTULO I - EDUCAÇÃO E APRENDIZAGEM 4
1.0 - O QUE É EDUCAÇÃO? 4
1.1. Qual a importância disso? 5
1.2. Como é feita, exemplos de educação 8
1.3 - Educação e Desenvolvimento Sustentável 10
1.4 - Educação Democrática para o Desenvolvimento Sustentável 11
CAPÍTULO II - EDUCAÇÃO, APRENDIZAGEM E SOCIEDADE 12
2.0 - Como a sociedade é influenciada 12
2.1. O Papel da Sociedade na Educação 18
2.1.1. Fatores Genéticos ou herança 18
2.1.2. Fatores Neuroendócrinos 19
2.1.3. Fatores Ambientais 20
2.1.4. Nutrição 26
2.1.5. Variáveis Sócio-Econômico-Culturais 26
2.1.6. Família e os Fator Psicossociais 26
2.2. O papel da Educação na Sociedade 22
CAPÍTULO III - FORMAS DE CONSCIENTIZAR O CIDADÃO 23
3.1. Como afeta a Sociedade com esse projeto 23
3.2. Como a Educação Influencia as Pessoas 27
3.2. Como o Cidadão pode ajudar na Sociedade Sendo Sustentável 32
CONCLUSÃO 36
REFERÊNCIAS 37

INTRODUÇÃO

No meio de épocas incertas, conflitos e ódio, vivemos desafios globais. Até que ponto a solução está dentro de nós?

No tema abordado neste trabalho discutimos a importância da educação em uma sociedade, o papel do governo nisso e como cada ser humano pode fazer sua parte caso possua.

Muitos sabemos que cada pessoa tem um papel muito importante para tornarmos o mundo mais sustentável, mas será que todos estão cientes ou tem educação para adotarem esse estilo que como consequência ajudara a sociedade como um todo?

As mínimas ações podem fazer uma grande diferença a longo prazo, mas para essas ações ocorrerem a sociedade como um todo deve ter o mínimo de aprendizagem sobre o assunto e principalmente educação.

O que com o tempo vire algo totalmente normal que a educação seja passada de gerações e gerações.

Pois ter uma sociedade mais sustentável não é algo que vamos levar somente para nossas vidas... Isto é algo que vai ser levado a muitos e muitos anos pela frente ainda.

Talvez nós nem estaremos mais aqui e o assunto ainda vai ser um dos mais discutidos, a vantagem dos avanços tecnológicos podem ajudar muito ainda sobre o assunto, descobrindo novas ações, opções e muito mais.

Estudos mostram que os países mais desenvolvidos socioeconomicamente trabalham fortemente em cima da educação oferecida, desde os primeiros anos de vida de uma pessoa valores e ações são ensinadas com enfoques positivos à todos, tais quais: ser sustentável, cuidar de suas coisas, agir consciência, amar ao próximo, entre outros.

O Direito à educação é parte de um conjunto de direitos chamados de direitos sociais, que têm como inspiração o valor da igualdade entre as pessoas.

No Brasil este direito apenas foi reconhecido na Constituição Federal de 1988, antes disso o Estado não tinha a obrigação formal de garantir a educação de qualidade a todos os brasileiros, o ensino público era tratado como uma assistência, um amparo dado àqueles que não podiam pagar. Dentro do rol dos direitos humanos fundamentais encontra-se o direito à educação, amparado por normas nacionais e internacionais. Trata-se de um direito fundamental, porque inclui um processo de desenvolvimento individual próprio à condição humana.

Dentro do rol dos direitos humanos fundamentais encontra-se o direito à educação, amparado por normas nacionais e internacionais. Trata-se de um direito fundamental, porque inclui um processo de desenvolvimento individual próprio à condição humana. Além dessa

perspectiva individual, este direito deve ser visto, sobretudo, de forma coletiva, como um direito a uma política educacional, a ações afirmativas do Estado que ofereçam à sociedade instrumentos para alcançar seus fins.

CAPÍTULO I - EDUCAÇÃO E APRENDIZAGEM

1.0 - O QUE É EDUCAÇÃO?

Podemos definir a educação como processo em que uma habilidade se desenvolve através de seu exercício contínuo, sendo esses processos métodos que têm o propósito de gerar formação e desenvolvimento intelectual e moral de um ser humano

No cenário escolar, por exemplo, a aprendizagem é construída pelo sujeito da educação, prevalecem a ressignificação dos sujeitos, novas coreografias, novas formas de comunicação e a construção de novas habilidades, caracterizando competências e atitudes significativas. A educação compreende o desenvolvimento da autonomia e do senso crítico, aprimorando as habilidades e as competências daquele que está aberto a isso.

O professor exerce a sua habilidade de mediador com objetivo de intervir para promover mudanças, e fazendo isso, o docente passa a ser comunicador, colaborador e exerce a criatividade do seu papel de coautor do processo de aprender dos alunos.

Entretanto, a educação está em todos os lugares e no ensino de todos os saberes, eles são uma tarefa cotidiana. A escola não é o único lugar onde elas ocorrem e nem muito menos o professor é seu único agente.

Educar permite entrar nos mundos sociais e dominar os códigos, existem inúmeras formas e cada uma atende a sociedade em que ocorre, pois é a forma de reprodução dos saberes que compõe uma cultura, portanto, a educação de uma sociedade tem identidade própria e é por meio dela que o indivíduo se aprimora.

Darcy Ribeiro (1972): afirma que: "[...] cultura é a herança social de uma comunidade humana, representada pelo acervo co-participado de modos padronizados de adaptação à natureza para o provimento da subsistência, de normas e instituições reguladoras das reações sociais e de corpos de saber, de valores e de crenças com que explicam sua experiência, exprimem sua criatividade artística e se motivam para ação".

Para Darcy Ribeiro a cultura é um produto da ação humana regulada pelas instituições, de modo que a maneira que fazem poderá influenciar ou não na ideia de ser manifestada a importância e interesses em buscar saber mais, conhecer mais, desenvolver-se mais.

O processo de educação pode ser compreendido através de diferentes maneiras, independentemente de como a educação foi feita.

Cada pessoa está em condições internas únicas e exposto à situações externas únicas, tendo assim ações sobre o meio e a maneira como cada se organiza únicas e exclusivas, aprendendo e interiorizando as informações de uma dada realidade (a sua própria), o que resulta em uma transformação que tem por base as experiências do sujeito no mundo a partir das interações por ele estabelecidas.

1.1. Qual a importância disso?

A educação é fundamental para que as pessoas se tornem mais conscientes sobre a sustentabilidade e a importância de construir um futuro mais limpo para as próximas gerações.

É importante porque cria-se uma sociedade consciente, que sabe conciliar evolução — tecnológica, de produtos e serviços — com a demanda de consumo, sem afetar o meio ambiente por exemplo, sua importância está cada vez mais evidente na sociedade, em um país continental e com uma natureza exuberante e riquíssima, esta política possui valor inestimável e deve ser encarada como base do sistema educacional brasileiro.

A educação é dos meios mais importantes para o desenvolvimento de uma sociedade. A criação de uma criança é um modo de educação, portanto se ela é criada por uma pessoa que não possua boas intenções relacionadas a ela isso vai gerar um impacto em como essa pessoa vê a família, por exemplo, trazendo sentimentos ruins e de aversão ao conceito de “família”, podendo evitar ter ou negar futuros filhos. Sim, a consequência sempre é grande, só não necessariamente sempre ruim.

No Brasil a educação é tratada de maneira muito específica na Constituição. Algumas tarefas são claramente divididas, enquanto outras são definidas pelo conceito de “regime de colaboração”.

Por exemplo, um mesmo município pode ter escolas privadas, municipais, estaduais e federais, podendo existir um Conselho Municipal de Educação que regula apenas as escolas da própria rede. Só está claro a responsabilidade exclusiva dos municípios pela educação infantil — a mais desprotegida de todas — a responsabilidade primária do governo federal pelo ensino superior público, e, a dos estados, pelo ensino médio. Entretanto isso não resolve vários problemas de responsabilidade e responsabilização, e, muito menos, estimula a eficiência.

De acordo com uma matéria da revista Veja, escrita por João Batista Oliveira em Julho de 2018, o governo federal brasileiro gastou cerca de 117 bilhões de reais em educação em 2017,

o que representou 8,5% da sua receita corrente e 1,8% do PIB. Desse total, 75,4 bilhões de reais, ou seja, 65% foram gastos com ensino superior. Para a educação básica foram destinados 34,6 bilhões de reais, cerca de 30%.

Os estados e municípios, por sua vez, vêm gastando pouco mais de 200 bilhões de reais por ano (preços de 2016). O governo exerce um poder desproporcional sobre os estados e os municípios, sem a equivalente corresponsabilidade financeira. Portanto, eles acabam deixam-se pressionar com a esperança de que de alguma forma o governo federal virá com algum tipo de "Refis" para socorrê-los — o que frequentemente se torna uma profecia que se cumpre.

Parecem ter mais condição de fazer o mal do que o bem, pois nos últimos anos os recursos dobraram, em grande parte devido a esforços e iniciativas do governo federal, porém mais de 40 programas federais do Ministério da Educação são exemplos de fracasso de políticas, apesar da regulamentação aumentar a cada dia, a ineficiência também aumenta — e a qualidade não melhora.

A 6ª edição dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) Brasil 2015, realizado pelo IBGE lançado em Junho de 2015, ressalta que as emissões de dióxido de carbono (CO2) do país aumentaram 65% entre 1990 e 2005.

Entre 1990 e 2010, o setor de energia foi o que mais emitiu dióxido de carbono no Brasil. O total foi crescente no período, saltando de 179.948 gigatoneladas para 382.698 gigatoneladas.

Houve aumento também nas emissões provenientes de processos industriais e tratamento de resíduos.

Na agricultura, houve alta no lançamento de gases como metano e óxido nitroso. Até 2010, o Cerrado teve desmatado 49,1% de sua vegetação original, restando 1,03 milhão de km². No período, o Brasil registrou 937,7 pontos de calor, sendo que 373,7 mil (39,8%) ocorreram nos oito estados que compõem o Cerrado.

Os dados do relatório do IBGE também mostram que 1.152 espécies da flora e da fauna brasileira são consideradas ameaçadas de extinção.

A quantidade de agrotóxico entregue ao consumidor final mais que dobrou entre 2000 e 2012.

Por outro lado, na Estônia, pequeno país europeu emergente à beira do Mar Báltico, tem hoje o melhor sistema educacional da Europa e um dos mais bem avaliados do mundo. A maioria das crianças e jovens do país, dos 2 aos 19 anos, estudam em impecáveis escolas, que são públicas.

Uma das características que mais impressionam é o fato de os alunos pobres terem desempenho tão bom quanto os ricos em exames internacionais. A Estônia é também um dos países com a menor quantidade de alunos no nível mais baixo de educação: são menos de 8%. Na Europa, a média é de 15%, no Brasil, a maior parte (cerca de 30%) está justamente nesse nível. Isso significa que o jovem de 15 anos não consegue fazer correlações entre várias partes diferentes de um texto.

Depois que a Estônia garantiu sua independência da URSS em 1991, com ajuda da Finlândia, país vizinho e de língua semelhante, foi elaborado um novo currículo nacional que o tornou a sensação da educação mundial nos anos 2000.

Entre as competências fundamentais estão aprender a aprender, educação digital, valores éticos e empreendedorismo. Já o Brasil aprovou sua base curricular só em 2017.

Resultado do investimento em educação: Calculando os níveis de PM2,5 , um minúsculo material particulado, pequeno o suficiente para ser inalado até a parte mais profunda do pulmão (que é monitorado em países da OCDE porque pode prejudicar a saúde humana e reduzir a expectativa de vida), na Estônia são de 7,9 microgramas por metro cúbico, a abaixo da taxa da OCDE, cuja média é de 13,9 microgramas por metro cúbico abaixo do limite anual de 10 microgramas por metro cúbico definido pela Organização Mundial da Saúde.

Possuem 100% de seus domicílios com acesso a água potável, e 95% com acesso a rede sanitária, com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,812 (muito alto).

Outro fato importante é a cidade capital Tallin, que está entre as campeãs da reciclagem.

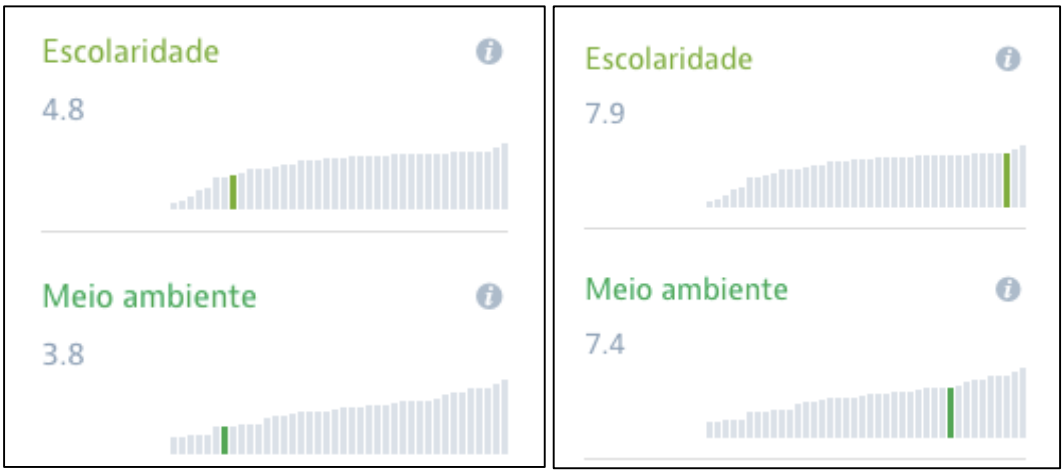

Figure 1 - Diferença gráfica entre Brasil (à esquerda) e Estônia (à direita) em aspectos educacionais e ambientais. OECD Better Life Index, How`s life 2015 Measuring Well-being.

Pode-se observar como os índices caminham juntos, aproximados: No caso do Brasil, no gráfico esquerdo, estão ao redor da mesma altura, abaixo de 5.0, e para Estônia também na mesma altura acima de 7.0.

Através destes dados, é possível observar a influência de uma educação consistente apoiada pela instituição governamental, que traz a força dos cidadãos para trabalhar junto com o mesmo objetivo: crescer, evoluir e melhorar.

1.2. Como é feita, exemplos de educação

Um grande exemplo de educação e sua importância é o "milagre" sul-coreano pós Guerra das Coreias.

Após ser devastado por anos até a década de 1950, em menos de 40 anos, a Coréia do Sul que era um dos países mais pobres do mundo se tornou um dos mais atuais avançados tecnologicamente. Já em torno de 1970, o país universalizou a educação de ensino primário.

Em 1990, o governo decidiu priorizar a educação como política de governo, caminhando lado a lado com o foco em modernização. Eles sabiam que uma nova reforma em seu sistema educativo os faria aproveitar melhor as oportunidades proporcionadas pela tecnologia da informação.

Iniciaram investindo em instalar no mínimo um laboratório de informática em cada escola primária e secundária, a fim de colocar a próxima geração já habituada com tecnologia e à espera de avances tecnológicos.

Em 2000 todas escolas já possuíam, e segundo o governo sul-coreano mais de 340 mil professores ganharam computadores e tiveram aumento salarial, além de que todos aqueles, alunos ou professores, de baixa renda ganharam aulas gratuitas para aprender a usá-los.

Hoje a Coréia do Sul faz parte do G20, as 20 maiores economias mundiais, superdesenvolvida tecnologicamente, um dos maiores sistemas de banda larga e fibra ótica do mundo, com rede de transporte público eficiente, com trens de alta velocidade, ônibus, balsas, autoestradas e voos por todo seu território.

Além de que 87,6% dos adultos entre 25 e 64 anos concluíram o ensino médio, mais do que a média da OCDE de 78%. Fora que A Coreia é o país da OCDE com melhor desempenho em leitura, matemática e ciências, sendo que o aluno médio obteve pontuação de 519, acima da média da OCDE de 486.

Os melhores sistemas educacionais conseguem oferecer educação de alta qualidade a todos os alunos.

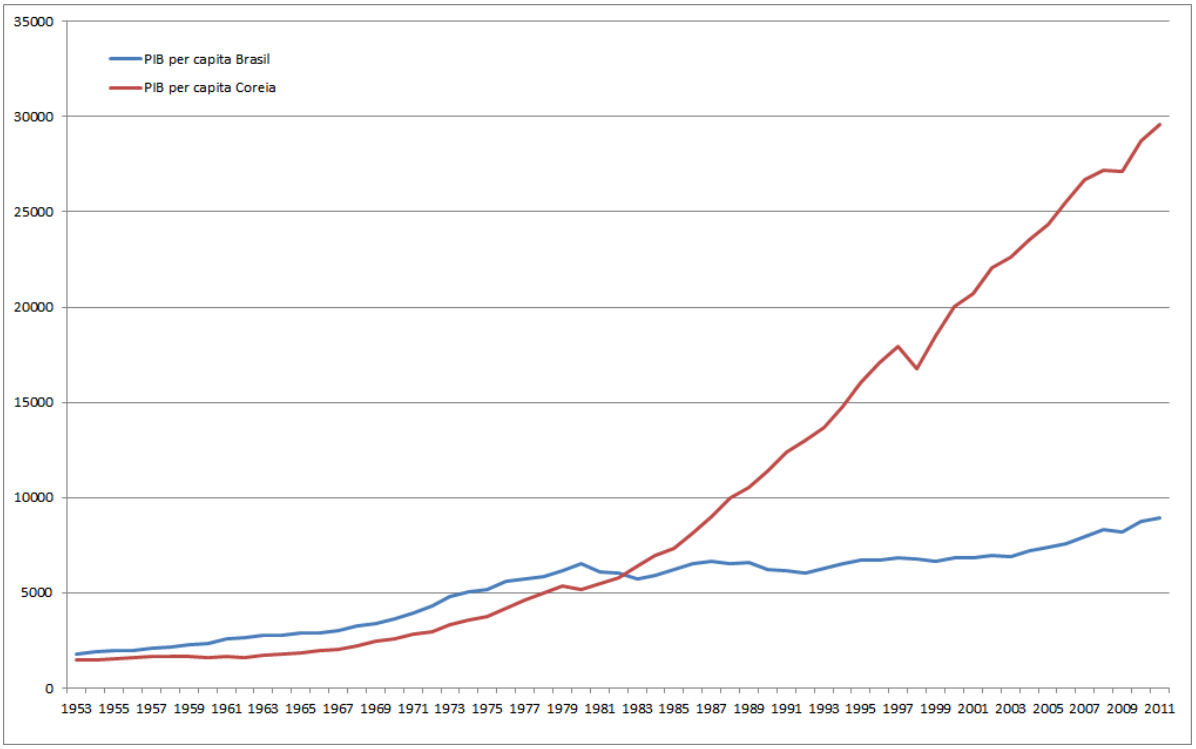

Figure 2 - Evolução do PIB per capita da Coreia do Sul e do Brasil. Fonte: Penn World Table.

Conformo dito no exemplo acima, no capítulo 1.1. página 6, a criação de uma criança é um exemplo de educação além das feitas nas escolas. Os pais influenciam muito no comportamento das crianças por meio da disciplina, como a maneira de ensinar o caráter, autocontrole e comportamento aceitável.

Existe uma teoria de Miller de "pedagogia perniciosa" que sugere que certos comportamentos parentais podem prejudicar a futura saúde psicológica da criança e podem ser transmitidos às gerações futuras.

O comportamento antissocial ou agressivo das crianças é influenciado pelo tratamento dado pelos pais, bem como por sua observação de modelos na vida real e na mídia.

A pessoa que cria a criança está desenvolvendo-a e gerando aprendizagem a ela, tudo que ela faz e tudo que a criança está sujeita influência em suas personalidades, habilidades e modo de fazer as coisas.

É necessário ter boas bases para crescer e desenvolver um ser humano que irá agregar positivamente na sociedade,

Um outro exemplo de educação é a educação ambiental, lei no Brasil desde 1999. Algumas das medidas básicas propostas pela educação ambiental são: adoção de práticas ecologicamente corretas e o incentivo ao uso moderado dos recursos naturais.

Todas as escolas têm o dever de ensinar métodos de preservação, bem como incentivar processos de reciclagem e conscientizar os alunos sobre a importância de usar os recursos naturais de maneira equilibrada.

A proposta é clara: consumir sem destruir a natureza e seus recursos cada vez mais escassos – o desenvolvimento humano deve respeitar o ambiente em que está inserido.

Em um país continental e com uma natureza exuberante e riquíssima como o Brasil, esta política deve possuir valor inestimável e deve ser encarada como base do sistema educacional brasileiro.

Atualmente, a lei determina como princípios e principais objetivos:

– Incentivar a educação ambiental com caráter humanista, participativo e democrático;

– Compreender a totalidade do meio ambiente e sua importância dentro da vida socioeconômica e cultural;

– Estabelecer políticas contínuas ao longo da formação educacional, sempre valorizando o valor ecológico da metodologia de ensino;

– Valorizar as diferenças e valores de cada região brasileira, com sua diversidade de fauna, flora e clima, respeitando também à pluralidade cultural do país;

– Estudar e compreender os aspectos ecológicos do meio ambiente dentro de cenários psicológicos, políticos e sociais;

– Democratizar o acesso a conteúdos ambientais para todas as classes sociais;

– Defender uma sociedade sustentável e aliada ao desenvolvimento humano, assim como na defesa da qualidade de vida;

– Motivar a participação de todos os níveis (micro e macro) da sociedade.

1.3 -Educação e Desenvolvimento Sustentável

O desenvolvimento é sustentável quando as pessoas em todo o mundo, atualmente e no futuro, vivem dignas e podem desenvolver suas necessidades e talentos, levando em consideração as fronteiras planetárias. Essa transformação social requer instituições fortes, decisões participativas e resolução de conflitos, conhecimento, tecnologias e novos padrões de comportamento.

O modo de vida em muitos países do norte global é caracterizado por alto consumo, uso de recursos, consumo de energia, volume de tráfego e quantidades de resíduos. Quais destes podem ser evitados sem restringir demais o desenvolvimento de um país? Onde está o limite O princípio do desenvolvimento sustentável visa garantir que pessoas e estados possam continuar a desenvolver e alcançar crescimento, mas não sem limites e sem privar outras pessoas e estados

de seus meios de subsistência - nem agora nem nas gerações futuras. O objetivo é um desenvolvimento equitativo que permita vida em paz e um ecossistema sustentável.

Mas por que educação? As leis mais rigorosas não poderiam impor muito melhor as condições básicas para o desenvolvimento sustentável? E não há risco de instrumentalizar a educação para um tópico específico. Isso leva à pergunta: qual é o objetivo da boa educação? Além do conteúdo concreto, deve oferecer às pessoas as habilidades para moldar seu próprio ambiente. A boa educação, portanto, vai além do conhecimento factual puro e permite que todos desenvolvam habilidades como

- Visão de futuro
- Conhecimento interdisciplinar
- Ação autônoma
- Participação em processos sociais de tomada de decisão.

O termo "Educação para o Desenvolvimento Sustentável" foi cunhado na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em 1992, no Rio de Janeiro e significa educação que capacita as pessoas a moldar o futuro de forma ativa, independente e responsável em um mundo globalizado. É particularmente importante esclarecer as três dimensões de ambiente, sociedade e economia em sua complexidade e interdependência. As Nações Unidas proclamaram a década mundial "Educação para o Desenvolvimento Sustentável" de 2005 a 2014. O objetivo da década é ancorar o princípio norteador do desenvolvimento sustentável em todas as áreas da educação.

1.4 - Educação Democrática para o Desenvolvimento Sustentável

É agora amplamente reconhecido que a humanidade enfrenta problemas urgentes afetando local, regional e global ambientes sociais e sociais desenvolvimento Econômico. Da terra recursos naturais limitados estão sendo consumidos mais rapidamente do que são sendo substituído e os efeitos de aquecimento global sobre ecológico equilíbrio e biodiversidade estão bem conhecidos. O aumento do nível do mar ameaça milhões em nações menos desenvolvidas, implicações em termos de migração, aumento da pobreza, o suprimento de alimentos e sobre a saúde e segurança humana são extremamente graves.

Educação para o Desenvolvimento Sustentável fornece uma visão da educação que procura equilibrar humanos e bem-estar econômico com cultura tradições e respeito pelo meio ambiente. Portanto, é importante reconhecer que o desenvolvimento sustentável é apoiado por estes três pilares atuando juntos, e que quaisquer práticas e políticas desenvolvidas sem levar cada um em consideração são provavelmente mais fracos e pode até falhar. Na prática, a

educação para o desenvolvimento sustentável tem o potencial de integrar e desenvolver uma série de áreas, como o que é cidadania, educação, cooperação social e democracia

Na área de democracia, a educação democrática deve andar junto com a educação sustentável. A educação democrática constitui uma arena em que é de grande importância discutir continuamente seus fundamentos e pré-requisitos na luz de ameaças que podem desafiar a ideia de realizar educação satisfaz os padrões democráticos básicos. Além disso, na educação ética, essas ameaças são significativas.

Um desafio está no fato de que as relações democráticas entre professores adultos e jovens estudantes podem ser ameaçados se e quando os primeiros são tratados como oniscientes e ativos, e os segundos como receptores passivos de um conhecimento ético mais ou menos definido. Outro desafio decorre do risco de que relações não democráticas - ou pseudodemocráticas - entre professores e alunos assumam a forma de doutrinação em a sensação de que os alunos são ensinados a agir em questões morais sem ter a oportunidade de questionar e criticar as razões e intenções por trás desse ensino prescritivo.

Um terceiro desafio é aquele doutrinário, educação ética não democrática pode se concentrar em questões políticas onde tudo o que parece importante é fazer com que os alunos atinjam objetivos mensuráveis lidando com cenários de decisão específicos, sem espaço para reflexão e criatividade filosófica.

Esses desafios são mais ou menos visíveis também no que diz respeito à educação democrática em sustentabilidade, o que não é surpreendente, porque a ética é contada como uma das principais dimensões da sustentabilidade e que relaciona-se de várias maneiras às vertentes frequentemente mencionadas: a ambiental, o social, o cultural e o econômico.

CAPÍTULO II - EDUCAÇÃO, APRENDIZAGEM E SOCIEDADE

2.0 - Como a sociedade é influenciada

Segundo diversas pesquisas autores cabe a Educação iniciar um processo de aprendizagem contínuo que possibilite crianças, jovens e adultos, alcançarem a excelência em suas habilidades cognitivas e sociais, transformando-se em profissionais dedicados, críticos e especializados em suas áreas de atuação.

O papel da escolarização é dar condições para o processo de formação contínua e continuada para todos aqueles que anseiam crescer como pessoas e profissionais.

O profissional que almeja destacar-se no mercado de trabalho, ficará sempre antenado em inúmeras formas de manter-se atualizado, dando assim, continuidade a sua formação profissional e com isso qualificando sua mão de obra.

A ação de ensinar tem como princípio fundamental a formação integral do indivíduo, bem como, o objetivo de prepará-lo para o espírito de liderança, de consciência crítica, ética e moral, para que ele possa aprender a viver e conviver em sociedade, de forma consciente, ativa, participativa, discernindo o certo do errado, diferenciando bem de mal e assim, transformar-se em um cidadão integro e de respeito.

A relação entre o professor e a escola: do professor espera-se, através de suas ações pedagógicas, que o seu trabalho intelectual seja transformador da estrutura organizacional da escola, integrada à transformação estrutural mais ampla da sociedade da qual ele participa. A escola, entendida como a vitrine para os projetos sociais, serviria de instrumento viabilizador das ações pedagógicas propostas pelo professor.

O professor ao decidir o objetivo, conteúdo, e a metodologia aplicada, revela o seu posicionamento político, fazendo da educação um ato político, que orienta a práxis do educador. A escola, dessa forma, se organiza centrada no professor transmissor do acervo cultural. Contudo, o professor, a partir da organização material do processo de trabalho escolar, bem como suas relações sociais de produção, organiza-se sob a forma de trabalhador coletivo, tornando-se assim um "professor proletário", a partir da perda do controle do processo de trabalho. Referente à dimensão intelectual do trabalho do professor, a exigência de habilitação e formação tem sido reduzida a partir da organização da prática pedagógica sob a forma de divisão de trabalho.

"Na prática, ele está reduzido a mero repassador de informações que, no atual estágio tecnológico das escolas, ainda exige alguma qualificação de voz, braços, pernas, mas que já pode ser perfeitamente substituída pela máquina, como vídeo-cassete, aparelhos de projeção etc. Além de sua desqualificação, acontece sua desvalorização relativa como força de trabalho.

Da mesma forma que o professor não se torna um agente da revolução, por ser um instrumento produtor de valores de uso que favoreçam a produção de capital, a escola, enquanto reprodutora das condições necessárias ao funcionamento da sociedade capitalista ao realizar a mercadoria força de trabalho no mercado, também não será esse agente.

Os professores, rebaixados então ao nível de instrumentos de produção de capital, passam a ter valores diferenciados, de acordo com o lucro que possam produzir. Dessa forma

pergunta-se: O que levaria um professor de português ou matemática a ser excluído do conselho de classe de uma instituição de ensino? Não há quem consiga imaginar tamanha incoerência. Mas, o que levaria um professor de educação física a sequer ser lembrado nessa convocação? Verifica-se, nessa situação, a desvalorização do professor de educação física em relação aos demais, que pode ser encarada sob dois aspectos: o primeiro, refere-se à irrelevância do produto, ou seja, a desqualificação da disciplina no processo de desenvolvimento do aluno.

O segundo aspecto refere-se à ineficiência do produto, ou seja, a desqualificação do professor no processo de execução da função. Nota-se, em ambos os casos, a discriminação ou relativamente à profissão ou ao profissional.

No que tange à participação do professor de educação física na política pedagógica adotada pela escola, CASTELLANI (2002) apresenta o segundo questionamento:

"Temos o que ensinar?". Ultimamente, vê-se a educação física brasileira atada ao paradigma da aptidão física, o que indica que o profissional de educação física não conhece ou não reconhece na cultura corporal um conhecimento necessário. O autor responde então ao questionamento de forma positiva, lembrando que "precisamos, mais do que depressa, redimensionarmos o espectro do conhecimento a ser (re)conhecido pelos profissionais da área, de modo a garantir que a Cultura Corporal do brasileiro seja aprendida como dimensão significativa da sua realidade social complexa".

Após inúmeros anos buscando a sua própria identidade profissional, o professor de educação física acabou por não conquistar espaço dentro das instituições de ensino, que passaram a encará-lo como responsável por divertir os alunos enquanto os outros professores tinham a tarefa de cuidarem do desenvolvimento intelectual daqueles que representavam financeiramente a manutenção e lucratividade da instituição.

Algumas gerações serão necessárias até que uma gama ainda grande de professores mal formados ou mal orientados possam dar lugar ao professor consciente da sua importância igualitária junto ao corpo docente da instituição, no desenvolvimento dos alunos. "Esforço significa não-acomodação; participação significa atualização; cooperação significa partilha na disseminação e inseminação de uma nova intuição da vida.

Esperar de braços cruzados, neste caso, é dar terreno a novas investidas do poder opressor e continuar na submissão". (SILVA,1989).

Apresenta-se então, na relação professor-escola, a primeira divergência entre as tendências: por um lado, a escola provedora de recursos materiais e sociais ao professor, que determina através do seu posicionamento político as ações pedagógicas a serem aplicadas; por

outro lado, a escola impregnando das finalidades políticas - corretas ou não - as ações pedagógicas dos educadores que agem como instrumento da política econômica das escolas, representando dessa forma, uma relação entre opressor e submisso.

A relação entre o professor e a sociedade: é difícil imaginar a ação do professor junto à sociedade sem a ação interveniente da escola. Entretanto, para isso, inclui-se outros organismos sociais sistematizados como a família, igreja, partidos, clubes e outros, em sua área de influência.

"considerarei o professor (da escola de 1º e 2º graus) um trabalhador intelectual, prioritariamente (portanto não exclusivamente) difusor do conhecimento necessário (mesmo que insuficiente) à transformação efetiva da realidade com vistas à satisfação das necessidades propriamente humanas[...] quanto mais clareza o professor tenha de que está inserido na luta pela socialização da cultura, melhores condições ele vai adquirindo de exercer concretamente (e não apenas em palavras ou boas intenções) sua função na direção da satisfação das necessidades propriamente humanas". (RIBEIRO,1984)

Essa intelectualidade, inerente a todos, é que pode ser explorada pelo professor como difusor de cultura, voltando o seu trabalho não apenas para a profissionalização, ou para a mecanização do conhecimento, e sim levando os indivíduos a modificar a concepção de mundo, promovendo novas maneiras de pensar. Entretanto, o trabalho do professor, de caráter intelectual, tem sido direcionado para privilegiados, configurando-se dessa forma como de inutilidade social, na produção de uma sociedade igualitária, levando à banalização da categoria. Para representar esse descaso, talvez não exista termo tão duro, porém tão apropriado quanto "coisificação do professor", utilizado por SILVA (1989) onde, "coisificados, os professores passam agora a fazer parte da categoria dos oprimidos".

Um fator de crucial importância para definir o futuro da relação do professor com a sociedade é a evolução tecnológica. Os professores passam a competir, até certo ponto, de forma desigual com a fantástica rapidez com que as informações chegam direto aos nossos lares sem passarem pelo crivo acadêmico, configurando teorias e posicionamentos absolutamente subjetivos e infundados que transformam-se em verdades inquestionáveis numa questão de alguns "cliques". Ao professor cabe ser proativo, evitando o risco de posicionar-se numa situação tão refém da tecnologia quanto o seu próprio aluno.

Uma vez incorporada a idéia de difusão cultural, a palavra "cultura" passa a fazer parte da educação física, ligada a termos como "física", "corporal", "de movimentos" e outros, e a

partir da década de 80 a área deixa de ser explicada apenas sob o ponto de vista predominantemente biológico para também relacionar-se às ciências humanas. Essa dinâmica cultural relacionada ao corpo e movimento humano é que definirá o trato pedagógico a ser adotado. Porém, algumas incorreções relativamente à expressão "cultura" ainda podem ser vistas na área. "O termo ainda é confundido com o conhecimento formal, ou utilizado de forma preconceituosa quantificando-se o grau da cultura ou como sinônimo de classe social mais elevada, ou ainda como indicador de bom gosto". (DAOLIO, 2004)

Na linha das interpretações errôneas, surge outra corrente dentro da educação física que não está relacionado à "cultura corporal", mas sim ao "culto ao corpo" - o que apesar de parecido na escrita, são distintos em sentido. Hoje o professor de educação física, em grande parte, atende à ditadura da beleza e à explosiva expansão das academias de ginástica, de forma indiscriminada e até mesmo desqualificada. Essa desqualificação advém principalmente, mas não exclusivamente, da absorção pelo mercado de trabalho de profissionais não especializados, que passam de alunos a professores, da noite para o dia, por questões financeiras pessoais ou das academias, aliando-se a isso, a carência de profissionais especializados no mercado que estejam dispostos a assumir a baixa remuneração proposta. Coloca-se então dentro de um mesmo balaio: professores, mestres, doutores, praticantes de esportes, curiosos e oportunistas. Tamanha confusão ideológica faz com que a imagem da educação física, como um todo, saia arranhada ou deturpada.

Dessa forma, apresenta-se na relação professor-sociedade, a segunda divergência no processo: o professor difusor da cultura dá lugar ao professor sem autoridade moral perante a sociedade, onde desatualizado do conhecimento fica parado no tempo, passando a atuar como qualificador de mão de obra servil.

A relação entre a escola e a sociedade: como foi visto anteriormente, a sociedade utiliza-se da escola como elemento para a vivificação e efetivação dos projetos sociais, porém esta relação não é unidirecional. São muitas as histórias dos tempos de escola, daqueles que nasceram e cresceram em comunidades pequenas, distantes ou carentes, e que vivenciaram a relação direta de desenvolvimento social proporcionada pela exteriorização das atividades escolares.

Dentre essas histórias, podemos citar a da Prof. Maria Luisa Santos Ribeiro e a sua escola:

"ela nasceu junto com a cidade. E tem uma história muito ligada à história da cidade. Foi construída pela população, tijolo por tijolo.[...] Então a cidade sempre participou muito da vida da escola e a escola da vida da sociedade. As pessoas da cidade ou a construíram ou tinham passado pelos seus bancos.[...] Quase todo o movimento cultural da cidade sempre partia de dentro da escola, quer dizer, era a escola alimentando, criando e mantendo movimentos de cultura, como por exemplo, corais, teatro, fórum de debates, concursos de contos, de poemas, concurso de oratória, etc". (RIBEIRO, 1984)

Entretanto, a escola pode cumprir várias funções e atender a diversos interesses. Conforme FRIGOTTO (1984), a escola pode cumprir as seguintes funções: desenvolvimento de um saber não-específico e condições sociais necessárias ao desenvolvimento capitalista; formação de profissionais de alto nível (engenheiros, advogados, economistas e administradores) para empresas capitalistas ou na tecnocracia estatal; circulação e realização de mais-valia produzida; e, finalmente, pode cumprir um papel de contenção - especialmente a nível superior - de um exército de reserva, funcional ao mercado de trabalho.

A alienação proposta pelo sistema capitalista opressor tende a anular ou canalizar esta qualificação produzida aos interesses do próprio sistema, mantendo-o longe dos perigos das mudanças. Dessa forma, as escolas passam a funcionar como uma agência de legitimação das desigualdades sociais, reproduzindo de forma fiel o "status quo" atual.

Para ameaçar essa ordem social capitalista e transformar a escola num instrumento de sua superação, WENZEL (1994) aposta no movimento progressista, pois apoia-se basicamente na lei da contradição. Todavia, o autor completa:

"A impressão que se tem é que, de fato, está admitindo uma certa dualidade em relação à escola, isto é, que ela tanto pode servir aos interesses capitalistas, como também contrariá-los. É como se a escola se constituísse em uma ‘realidade’ neutra, que pode ser direcionada conforme o rumo imprimido pelos seus agentes, notadamente os professores e dirigentes. Por isso, o esforço de ‘conscientizar’ os professores para que modifiquem suas posturas conservadoras e as transformem em posturas revolucionárias"

Seguindo um caminho de paralelismo, a história da educação física surge, de forma empírica, do contexto social. GHIRALDELLI (1988)”.

Apresenta as cinco tendências e correntes da educação física brasileira: a Educação Física Higienista (1930); a Educação Física Militarista (1930-1945); a Educação Física Pedagogicista (1945-1964); a Educação Física Competitivista (pós-64); e, finalmente a

Educação Física Popular. Se verificarmos que, durante tão curto espaço de tempo, o professor de educação física teve que readaptar-se entre o agente de saúde, o depurador da raça, o educador a serviço do crescimento da rede de ensino público, o descobridor de atletas-heróis, e o promotor da organização dos trabalhadores, veremos que a educação física sempre esteve em busca de seu tempo, servindo aos objetivos da sociedade da época, sem atuar na vanguarda do processo de mudanças sociais.

Finalmente, configura-se a terceira divergência no processo, que se refere à relação entre a escola e a sociedade: a escola, encarada inicialmente como espaço de vivificação dos projetos de desenvolvimento social e incrementadora de mudanças, passa a servir então como legitimadora das desigualdades sociais impostas pelo sistema capitalista, que recebe em troca o profissional tecnocrata, desprovido de interesse ou capacidade de promover transformações sociais.

Observou-se neste estudo que, cada etapa do processo de relação professor-escola-sociedade está inserida nos objetivos gerais do sistema dominante, de forma que após o processo cíclico estar completo, ele torna-se cada vez mais dominante, seja ele qual for. O estudo apresentou a necessidade de evitarmos o escorregamento para uma posição idealista e voluntarista, procurando demonstrar que a escola é determinada socialmente.

Uma vez que vivemos numa sociedade capitalista, dividida em classes com interesses opostos, a escola sofre a determinação do conflito de interesses que caracterizam esse tipo de sociedade. Visto que não é de interesse da classe dominante a transformação histórica da escola, ela procura preservar o seu domínio através de mecanismos que evitem os processos de mudanças.

Da mesma forma que o restante da sua classe profissional, o professor de educação física, em virtude da sua curta e conturbada história, vê-se em busca de seu espaço, dividido pela atuação de leigos no seu mercado de trabalho, refém das diretrizes político-sociais.

Na tentativa de alcançar respeito profissional e social, o professor de educação física busca livrar-se do eixo paradigmático da aptidão física e passa a perseguir então, o saber necessário às suas ações pedagógicas, que lhe garantam importância dentro da política educacional, que reside na função de socialização do conhecimento.

2.1. O Papel da Sociedade na Educação

Existem diversos fatores:

2.1.1. Fatores Genéticos ou herança

Os elementos hereditários que influenciam na aprendizagem são chamados de fatores genéticos e encontra-se na inscrição do programa biológico da pessoa - herança. Está presente em toda parte: determina o grau de sensibilidade dos órgãos efetores aos estímulos indutores; condiciona o aparecimento de doenças familiares capazes de prejudicar a aprendizagem (insônia, depressão, síndrome de down, asma) e ainda pode indiretamente intervir nos fatores ambientais, garantindo maior ou menor resistência do organismo aos agravos do meio.

2.1.2. Fatores Neuroendócrinos

O hipotálamo é destacado como o local controlador do sistema endócrino. Podemos considerar o hipotálamo como um centro integrador de mensagens, controlando a função da glândula hipófise na produção e liberação dos hormônios de todas as glândulas do potencial genético, de desenvolvimento e de aprendizagem. Neuro-Hormônio Adenocorticotrófico - ACTH: é liberado pelo hipotálamo; sua secreção acompanha um ritmo circadiano gerado por um ritmo cerebral intrínseco, ligado a alteração de luz (dia e noite), sono, estresse físico e emocional.

A Genética é a parte da Biologia que estuda a hereditariedade, ou seja, a forma como as características são repassadas de geração para geração. Considera-se que essa ciência iniciou-se com os experimentos e leis propostas por um monge chamado Gregor Mendel, em um trabalho publicado em 1866.

Mendel esperava, com o desenvolvimento de seus trabalhos com ervilhas, entender por que o cruzamento entre híbridos gerava descendentes tão diferentes. Segundo alguns autores, com esses trabalhos, Mendel pretendia criar formas de desenvolver plantas híbridas que conservassem características importantes para a agricultura.

Para a realização de seus trabalhos, Mendel escolheu ervilhas e analisou sete características: o tamanho da planta, textura da semente, cor da semente, forma da vagem, cor da vagem, cor da flor e posição da flor. A escolha da planta foi essencial para o sucesso de suas pesquisas, uma vez que a ervilha apresenta fácil cultivo, várias sementes e ciclo reprodutivo curto.

Uma das leis propostas por Mendel em seu trabalho foi a segregação dos fatores, conhecidos hoje por genes. Segundo o pesquisador, cada pessoa apresenta um par de fatores para cada característica que se separa no momento da formação dos gametas. No momento da fecundação, os gametas do pai e da mãe juntam-se, levando consigo suas características.

Mendel contribuiu de maneira grandiosa para os estudos da Genética e, por isso, é considerado hoje o pai dessa ciência. Os trabalhos desse pesquisador, no entanto, ficaram esquecidos por muitos anos, sem nenhuma utilização. Entretanto, em 1900, os pesquisadores Correns, Tschesmak e De Vries redescobriram independentemente os trabalhos de Mendel ao estudar plantas híbridas. Esses três botânicos contribuíram para a aceitação das ideias de Mendel e para o início dos estudos genéticos em humanos.

Outro trabalho que merece destaque é o de Morgan, que estudou a mosca drosófila e compreendeu que a transmissão de algumas características era determinada pelo sexo. Seu trabalho deu enfoque especial às mutações e sua transmissão para os descendentes. Em 1926, esse pesquisador publicou o livro The Theory of the Gene, no qual explicou que a hereditariedade está ligada a unidades passadas de pais para filhos.

Anos depois, a Genética passou por um grande avanço com a descoberta de que o DNA seria a estrutura-chave que carregava a informação genética.

Entre os vários trabalhos com essa molécula, destacou-se o de Watson, Crick, Wilkins e Franklin, em 1953, que demonstrou a estrutura de dupla hélice do DNA.

Após a descoberta da estrutura do DNA, diversos outros trabalhos foram realizados a fim de entender quem era responsável por produzir as proteínas. A ideia de que o DNA seria responsável pela síntese de RNA e de que este, por sua vez, seria responsável pela produção de proteínas foi postulada por Crick, em 1958, e ficou conhecido como Dogma Central da Biologia Molecular.

A partir dessas descobertas, diversos avanços ocorreram na Biologia Molecular e afetaram diretamente o desenvolvimento da Genética. Entre esses importantes avanços, destaca-se a técnica do DNA recombinante, que se caracteriza pela capacidade de isolar um trecho de DNA e colocá-lo em uma bactéria a fim de produzir cópias desse trecho. Com isso, foi possível fazer com que organismos produzam substâncias de interesse econômico.

2.1.3. Fatores Ambientais

O meio ambiente na qual a pessoa está inserida exerce influências particularmente poderosas, contribuindo positivamente à realização do plano genético ou negativamente, apresentando obstáculos.

O ambiente compreende tanto condições da vida material, estando em primeiro lugar a alimentação e sua utilização (nutrição), quanto pelo ambiente físico (socioeconômico, estilo de vida) e o ambiente familiar e cultural, cujo elemento fundamental é constituído pela relação afetiva primária e o estímulo materno.

2.1.4. Nutrição

Em relação à alimentação, o leite é a nutrição natural inicial para todos, e a qualidade desse leite tem condições para satisfazer o potencial genético ao crescimento e à aprendizagem.

A alimentação saudável é a balanceada, com proteína suficiente, além da presença de hidratos de carbono, gorduras, sais minerais e vitaminas. É preciso ter presente que só o crescimento consome 40% das calorias fornecidas à criança.

2.1.5. Variáveis Sócio-Econômico-Culturais

As variáveis socioeconômicas exercem importante influência: renda per capita, a idade dos pais, o tamanho da família, condições de habitação e saneamento, escolaridade, higiene; cultura dos pais (influencia na alimentação da criança).

Dada a melhoria nas condições de vida, tais como a urbanização, melhoria nos cuidados médicos, maior ingestão alimentar de nutrientes, vestuário menos restritivo, entre outros fatores, existe uma forte tendência para que as crianças das gerações que nos sucedem alcancem uma maturação mais cedo.

2.1.6. Família e os Fator Psicossociais

Outro aspecto importante, diz respeito ao ambiente familiar, que comporta elementos diversos, de ordem psicológica particular, mas também de ordem cultural segundo o nível intelectual, os conhecimentos adquiridos através dos pais, a herança dos costumes etc. Acima de tudo, intervém a relação afetiva precoce da mãe com a criança desde os primeiros instantes da vida.

As famílias em risco psicossocial enfrentam graves problemas, vivem em contextos carentes de recursos e acumulam múltiplos acontecimentos de vida estressantes. Estas circunstâncias pessoais e contextuais dificultam ou limitam as suas competências parentais, comprometendo a sua capacidade para exercer uma parentalidade adequada e o desenvolvimento dos seus filhos.

Neste estudo foram analisadas as características de 209 famílias em situação de risco psicossocial no Algarve. Utilizámos a entrevista estruturada de Apoio Social de Arizona, a escala de Apoio Social para Situações Vitais Estressantes, a Escala de Competências Parentais Percebidas, o Inventário de Situações Estressantes e de Risco e um questionário de dados sociodemográficos.

Observámos uma elevada precariedade económica e laboral e um nível educativo muito baixo. Os participantes sofreram nos últimos três anos um número importante de acontecimentos de vida estressantes com elevado impacto emocional.

Quanto à rede de apoio social, relataram maiores necessidades emocionais do que tangíveis ou informativas. Os profissionais das instituições foram mencionados como fontes de apoio em raras ocasiões.

No entanto, devem destacar-se alguns pontos fortes que podemos considerar características protetoras, tais como um sentimento moderado de eficácia e satisfação com o papel parental, o tamanho da rede social de apoio, a estrutura, estabilidade e tamanho médio das famílias. São discutidas as principais necessidades de apoio e as áreas de intervenção a serem tomadas em consideração pelos profissionais.

2.2. O papel da Educação na Sociedade

Na educação da sociedade, o papel fundamental da escola é planejar juntamente com sua comunidade o PPP (Projeto Político-Pedagógico). Neste deverá ser escrito o que a própria quer desenvolver em seus alunos, isto é, o exemplo de cidadão que formará para interagir com a sociedade. Também deverá ter neste documento os objetivos a serem alcançados no decorrer do processo de ensino-aprendizagem, a sua filosofia...

Conforme Morin (2001, p. 14) "o conhecimento do conhecimento deve aparecer como necessidade primeira, que serviria de preparação para enfrentar os riscos de permanentes erros e de ilusão, que não cessam de parasitar a mente humana."

Tornar a escola interessante: fora dos muros da escola o mundo é atrativo e colorido, apresenta uma série de oportunidades e convida o aluno a fazer múltiplas descobertas. Nesse contexto, tornar a experiência em sala de aula interessante é algo realmente desafiador, mas não impossível.

É preciso criar estratégias inovadoras de ensino para auxiliar no desenvolvimento dos alunos, mas isso não se refere unicamente ao uso de novas tecnologias. Inovar usando velhos recursos — incluindo os tradicionais, mas nunca ultrapassados, livros didáticos, canetas e papéis — é possível e esses recursos devem sim ser explorados em sala: a criatividade pode “colorir” a escola e dar significado ao ensino-aprendizado através de projetos diferentes, interdisciplinaridade e aulas mais dinâmicas e interativas.

Ainda assim, as inovações podem e devem incluir de instrumentos tecnológicos, como é previsto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Existem várias maneiras de introduzir essas práticas em sala de aula - em atividades pedagógicas, na aplicação de avaliações e simulados e na proposta de leituras, por exemplo. O uso didático dos celulares pode auxiliar e motivar os estudantes no processo de ensino-aprendizagem.

Motivar os alunos: fato é que, na contemporaneidade, muitos estudantes vão para a escola porque isso simplesmente faz parte de suas rotinas ou porque os pais os obrigam.

A escola atual só vai se tornar de fato enriquecedora, indispensável e transformadora quando ela estiver repleta de alunos motivados e engajados, que saibam o que estão buscando no ambiente escolar.

Uma boa maneira de fazer isso é oferecer um ensino contextualizado, com elementos que fazem parte da vida do estudante e conteúdos que claramente façam sentido para eles. Trata-se de tornar a disciplina aplicável em situações reais.

Além disso, é importante que a escola se proponha a desenvolver os alunos não apenas do ponto de vista cognitivo, mas também no que diz respeito à dimensão socioemocional, conforme apontado pela BNCC. Isso porque o documento defende a formação integral do aluno, com o objetivo de fazer com que os alunos tenham a capacidade de aplicar o que aprendem em sala de aula fora da escola para resolver desafios e problemas.

Outro jeito de motivar os estudantes é por meio do ensino gamificado. Os jogos, através de seus desafios, rankings, pontuações e prêmios, são capazes de aumentar a motivação, melhorar a atenção e promover a participação mais ativa dos estudantes na proposta pedagógica.

Saber lidar com a tecnologia: um dos maiores desafios da escola contemporânea é aprender a lidar com a tecnologia e transformá-la em aliada da educação. Os professores foram, são e continuarão sendo mediadores indispensáveis no aprendizado, o que não descarta a necessidade de aprender a lidar com a tecnologia.

É preciso transformar as ferramentas tecnológicas em potencializadoras do ensino-aprendizado. Além disso, elas devem ser usadas como meio e não como fim na educação.

Para isso, transforme os computadores, os dispositivos móveis e a internet em coadjuvantes do ensino-aprendizagem, usando-os para a pesquisa, a troca de informações, a interação entre os estudantes, o esclarecimento de dúvidas, as leituras complementares, os grupos de estudo etc.

CAPÍTULO III - FORMAS DE CONSCIENTIZAR O CIDADÃO

3.1. Como afeta a Sociedade com esse projeto

A aprendizagem afeta diretamente a sociedade, pois através desse tema as pessoas podem aprender a se conscientizar e viver de uma forma mais agradável, como para ela própria e para os outros.

Conhecimentos em geral é algo que não nascemos sabendo, mas aprendemos com o tempo e com as pessoas que estão dispostas a trocar conhecimentos e conteúdo. Logicamente, opinião cada um tem a sua, porém com o ensinamento faz com que você tenha diversas opiniões e a qual mais se enquadra com sua pessoa e índole que vai ser adotada.

Muitas pessoas não sabem direito o que se engloba sobre a sustentabilidade, não tiveram o ensinamento básico então muitas vezes não sabem opinar sobre ou sequer agir de uma forma para que o mundo em geral seja mais sustentável. Além de, descobrirem formas para conscientizar as pessoas próximas para no final todos saírem "ganhando".

O conceito de sustentabilidade começou a ser elaborado em 1973, um ano depois da Conferência da Organização das Nações Unidas de Estocolmo, ocorrida em 1972, na capital da Suécia, reconhecida mundialmente como um grande marco ambiental, que chamou a atenção do mundo para a importância da preservação do meio ambiente. Para o Brasil, as consequências claras foram a elaboração do decreto que instituiu em 1973 a Secretaria Especial do Meio Ambiente. Entretanto, o desenvolvimento sustentável teve sua projeção mundial apenas a partir de 1987, com a publicação do Relatório Brundtland, que divulgou as diretrizes aprovadas na Conferência de Estocolmo, no sentido de aproximar as agendas de meio ambiente e desenvolvimento humano. Esse conceito parte do princípio de que o atendimento às necessidades básicas das populações, no presente, não deve comprometer os padrões de vida das gerações futuras. A viabilização da sustentabilidade exige também o estabelecimento de políticas governamentais, ações empresariais e da sociedade. Exige a melhoria da qualidade de vida de parte significativa da população que vive em condições subumanas e exige, por fim, a modificação dos padrões de consumo das sociedades. É preciso promover mudanças de hábitos de consumo e, ao mesmo tempo, reduzir as diferenças sociais.

Para BRASIL (2005), se os sistemas sociais atuam na promoção da mudança ambiental, então a educação assume posição de destaque para construir os fundamentos da sociedade sustentável, apresentando uma dupla função a essa transição societária: propiciar os processos de mudanças culturais em direção à instauração de uma ética ecológica e de mudanças sociais em direção ao empoderamento dos indivíduos, grupos e sociedades que se encontram em vulnerabilidade face aos desafios da contemporaneidade.

Para Sorrentino (2004), é preciso resgatar e construir um conjunto de ações e reflexões que propicie atitudes compromissadas com outro paradigma de sociedade e organização social, apontado para a importância do sentido de pertencimento, participação e responsabilidade. É nesse contexto que surge a Educação Ambiental (EA), nascida com o

objetivo de gerar uma consciência ecológica em cada ser humano, preocupando-se em oportunizar um conhecimento que permita mudar o comportamento humano quanto à proteção da natureza. Segundo Vasconcellos (1997), a presença, em todas as práticas educativas, da reflexão sobre as relações dos seres entre si, do ser humano com ele mesmo e do ser humano com seus semelhantes é condição imprescindível para que a Educação Ambiental ocorra. Dentro desse contexto, sobressaem-se as escolas, como espaços privilegiados na implementação de ações que propiciem essa reflexão, apontada pelo autor, pois isso necessita de atividades de sala de aula e de campo. Essas ações orientadas em projetos e em processos de participação são importantes, pois conforme afirma Dias (1992), levam à autoconfiança, a atitudes positivas e ao comprometimento pessoal com a proteção ambiental implementados de modo interdisciplinar.

Ensinamento não é somente bom para o indivíduo, mas também por outras questões, mas para isso não é somente saber o conceito ou de que forma fazer para melhorar. Educação ambiental é referente a conhecimento e ação, colocar em pratica e principalmente ser o exemplo para pessoas que agem de formas desagradáveis ao meio ambiente, pois essas atitudes não vão influenciar somente na vida da pessoa que está fazendo isso errado, porem a longo prazo fará mal as pessoas que adotam uma forma mais sustentável, também.

Por isso que esse assunto é muito importante e deve ser adotados em fundações de ensino desde ensinos para crianças (para conscientizar desde novos) como para adultos. Principalmente desde criança pois essas são as pessoas que vão “levar” o mundo no futuro. Estudos mostram que quanto mais cedo é dado essa educação mais a chance de despertar a consciência pela preservação.

É algo que com o tempo uma pequena ação, como por exemplo, um fumante não jogar as bitucas no chão, vai levar a grandes boas consequências no futuro e com certeza, essa pessoa, será muito grata e lembrará o quanto o mínimo pode ajudar bastante.

Existem diversas manias e hábitos na sociedade que é vista como normais, porém, na verdade são comuns. Usando novamente o exemplo da bituca de cigarro, para um fumante é “normal” jogar a bituca no chão, pois o pensamento é: “Tem tantas pessoas jogando bituca por aí, qual vai ser a diferença com só mais uma?” TODA, algumas pessoas não vão conseguir mudar esse hábito, porem se você mudar, com certeza fara muita diferença para o mundo a logo prazo. Lembrando que isso não é normal e sim comum pois muitos fazem mesmo sabendo que não é certo.

Outra coisa muito comum entre as pessoas atualmente é a questão de gasto de água, ficar mais de 5 minutos no banho realmente faz muita diferença a longo prazo, pois pensamos "ah, é só um dia", e todo dia acontece a mesma coisa, sendo que estará gastando o dobro de água do que deveria.

Se for levar em consideração que mais da maioria fica mais de 10 minutos no banho, o que o brasil gastaria em 2 ou até 3 dias, no final vai estar gastando em apenas um dia, agora imagina isso durante anos e anos, o mal que estará fazendo para a sociedade?

Por isso a educação e aprendizagem é essencial para essas pequenas coisas, pois o mínimo já faz diferença.

Acreditamos que a maior parte das pessoas que fazem essas coisas que acabam se tornando algo não sustentável, muitas vezes não tem o conhecimento básico no mal que estão fazendo a longo prazo, pois ninguém nunca falou sobre o assunto, nunca ao menos notaram alguma campanha ou menos foram atrás do assunto.

Outro motivo é a forma que a informação chegou até eles, pois dependendo não viram como algo que é extremamente relevante.

Por esses motivos, sempre tocar na tecla de educação e aprendizagem, independentemente da idade, é muito importante.

Porém, todos sabem que quanto antes é ensinado esses hábitos, maior a chance de a pessoa adotar e segui-los para sempre, além de também passar a conscientizar outras pessoas a fazer o bem.

Não é uma opção, "ou aprendemos a cuidar [de nós, dos outros, do planeta] ou perecemos", essa é a mensagem que um dos mais importantes filósofos contemporâneos, o colombiano Bernardo Toro, tem defendido em textos e palestras pelo mundo. Para ele, precisamos de um novo paradigma para a educação: o do cuidado. É preciso substituir a lógica da acumulação por uma ética do saber cuidar.

As ideias de Toro reforçam a necessidade de inserir a temática da sustentabilidade num contexto mais amplo que o cuidado com o Planeta, dando maior centralidade a ela na escola e reforçando o caráter multidimensional da educação ambiental. A construção de sociedades sustentáveis passa não só pelo debate sobre mudanças climáticas, mas também sobre valores e atitudes, envolvendo questões como direitos humanos, ética e cidadania. Esse conceito mais amplo, aliás, é também o trabalhado pela ONU nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Na Base Nacional Curricular Comum, o tema aparece entre as competências gerais: agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e

determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Além da BNCC, a política de educação ambiental conta com algumas diretrizes e normativas que vêm sendo construídas ao longo do tempo, impulsionadas especialmente pela Rio 92 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

3.2. Como a Educação Influencia as Pessoas

Como citado já acima, o ser humano não nasce sabendo das coisas, como lidar com certas situações e entre outros. Todas as atitudes das pessoas tiveram algum motivo ou influência no passado para que ajam dessa forma. Por isso, uma pessoa que aplica e tem conhecimento básico sobre sustentabilidade e formas que podem ajudar o meio ambiente é muito importante que essa sirva como exemplo para pessoas que não adotam ou, talvez, não tenham conhecimento e o saber da gravidade que certas atitudes podem trazer mais para frente.

Agora, em pleno século XXI, já percebemos, no cotidiano, a urgente necessidade de transformações que resgatem o respeito pela justiça ambiental, equidade, diversidade, sustentabilidade e beleza. Este é o desafio da Educação Ambiental na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, ao ressignificar o cuidado com a diversidade da vida como valor ético e político, fugindo da equação simplista ambiente = natureza.

A humanidade sempre conviveu com o Planeta para crescer, se desenvolver e construir uma história nas suas relações com a natureza e com os outros seres vivos. Se considerarmos apenas o lado positivo dessa convivência, a proposta seria responder às necessidades básicas de todos os cidadãos em termos de água, alimentos, abrigo, saúde e energia.

No entanto, principalmente no século passado, começamos a perceber inúmeras contradições causadas pelo esgotamento sem precedentes dos recursos naturais por modos de vida destruidores e, como diria Leonardo Boff, por nossa falta de cuidado para com a vida.

Muitas vezes as pessoas não vão acreditar que uma mínima atitude vai ter tanto impacto a longo prazo e por esse motivo não agem de forma correta ou no mínimo ajudando o próximo.

Estudar e aprender sobre sustentabilidade você não está fazendo algo somente para você, porem para um conjunto. Que conjunto? A sociedade.

Suas ações vão ser as consequências de um mundo no futuro. Se continuarmos dessa forma que agimos com o mundo atualmente, sem dúvidas em pouco tempo não vamos mais ter suprimentos e outras coisas e vamos acabar sem nenhuma outra opção, o fim.

Por isso, atualmente o tema sustentabilidade é muito importante e está sendo adotado em diversos lugares e de diversas formas. De pequenas empresas até grandes empresas, de pessoas sem influência até pessoas muito influentes mundialmente, entre outras.

Ou seja, nunca é tarde para começar e fazer parte de um conjunto que preza o bem-estar de todos a longo prazo.

As vezes o pouco que você faz pode mudar tudo, então é muito importante estar sempre dentro do assunto e passar seus conhecimentos para o próximo, isso vai influenciar muito as pessoas ao seu redor e consequentemente para uma próxima geração que crescerá de uma forma mais consciente e pensando no bem-estar da sociedade.

Uma forma interessante de se perceber a diversidade e complementaridade que trabalhamos em educação ambiental foi proposta por uma professora canadense chamada Sauvé (citada por Layrargues), utilizando apenas algumas preposições significativas:

• Educação sobre o ambiente – informativa, com enfoque na aquisição de conhecimentos, curricular, em que o meio ambiente se torna um objeto de aprendizado. Apesar de o conhecimento ser importante para uma leitura crítica da realidade e para se buscar formas concretas de se atuar sobre os problemas ambientais, ele isolado não basta;

• Educação no meio ambiente – vivencial e naturalizante, em que se propicia o contato com a natureza ou com passeios no entorno da escola como contextos para a aprendizagem ambiental. Com passeios, observação da natureza, esportes ao ar livre, ecoturismo, o meio ambiente oferece vivências experimentais tornando-se um meio de aprendizado;

• Educação para o ambiente – construtivista, busca engajar ativamente por meio de projetos de intervenção socioambiental que previnam problemas ambientais. Muitas vezes traz uma visão crítica dos processos históricos de construção da sociedade ocidental, e o meio ambiente se torna meta do aprendizado.

• Educação a partir do meio ambiente – esta considera, além das demais incluídas, os saberes dos povos tradicionais e originários que sempre partem do meio ambiente, as interdependências das sociedades humanas, da economia e do meio ambiente, a simultaneidade dos impactos nos âmbitos local e global; uma revisão dos valores, ética, atitudes e responsabilidades individuais e coletivas; a participação e a cooperação; reconhecimento das diferenças étnico-raciais e da diversidade dos seres vivos, respeito aos territórios com sua capacidade de suporte, a melhoria da qualidade de vida ambiental das presentes e futuras gerações; os princípios da incerteza e da precaução.

No Brasil a educação escolar, em todos os níveis e modalidades de ensino, o Órgão Gestor – especificamente o MEC – tem o dever de apoiar a comunidade escolar – professores, estudantes, direção, funcionários, pais e amigos – a se tornarem educadores e educadoras ambientais.

O rápido crescimento da educação ambiental, nas instituições de ensino aparece nos resultados do Censo Escolar publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), quando, a partir de 2001, incluiu uma questão: "a escola faz educação ambiental? ".

Os dados de 2004 indicaram a universalização da educação ambiental no ensino fundamental, com um expressivo número de escolas – 94,95% – que declaram ter educação ambiental de alguma forma, por inserção temática no currículo, em projetos ou, até mesmo, uma minoria, em disciplina específica. Em termos do atendimento, existiam em 2001 cerca de 25,3 milhões de crianças com acesso à educação ambiental, sendo que, em 2004, esse total subiu para 32,3 milhões.

Com esses dados, aumenta a responsabilidade do OG de formar educadores e educadoras atuantes em processos de busca de conhecimentos, pesquisa e intervenção educacional cidadã. E para propiciar essa educação ambiental nas escolas, o MEC criou o programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas com uma visão sistêmica de crescimento constante.

O programa foi pensado como um círculo virtuoso contendo ações e práticas integradas, contínuas e transversais a todas as disciplinas. As ações se distribuem em quatro modalidades: difusa, presencial, educação a distância e ações estruturantes.

A modalidade difusa atua por meio de campanhas pedagógicas com forte componente de comunicação de massas, sempre cuidando para difundir conceitos complexos sem cair na superficialidade. Campanhas permitem ampliar a participação e mobilização da sociedade, tendo a escola como espaço privilegiado de educação permanente e para todos.

Pesquisa elaborada pela SECAD/Coordenação Geral de Educação Ambiental e Coordenação-Geral de Estudos e Avaliação; INEP – Coordenação-Geral de Estatísticas Especiais; ANPED – GT de educação ambiental. Consultoria IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade.

Um exemplo de ação difusa é a Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, que envolve milhões de pessoas no debate de questões socioambientais. Além de ser conceitualmente sólida, a Conferência propicia a adoção de uma atitude responsável e

comprometida da comunidade escolar com problemáticas locais e globais. Nas escolas são assumidas propostas, responsabilidades e ações, na proporção de seu acesso às informações e ao poder, a respeito de questões fundamentais para a convivência planetária.

A riqueza desse processo se encontra no processo mesmo, na pesquisa e nos debates realizados em cada escola, cada sala de aula e em cada comunidade indígena, quilombola, de assentamentos rurais e de meninos e meninas em situação de rua.

Já no âmbito internacional, entre os principais documentos firmados pelo Brasil, merece destaque o da Conferência Intergovernamental de educação ambiental de Tbilisi, capital da Geórgia (ex-União Soviética), em outubro de 1977. Sua organização ocorreu a partir de uma parceria entre a UNESCO e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Desse encontro saíram as definições, os objetivos, os princípios e as estratégias para a educação ambiental que até hoje são adotados em todo o mundo. Outros documentos internacionais orientam as ações da educação ambiental, como o Manifesto pela Vida e a Carta da Terra, que constituem a base de princípios para os processos da Agenda 21.

Finalmente, as Nações Unidas e a UNESCO tiveram a iniciativa de implementar a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), cuja instituição representa um marco para a educação ambiental, pois reconhece seu papel no enfrentamento da problemática socioambiental à medida que reforça mundialmente a sustentabilidade a partir da Educação.

Para alcançar a meta da sustentabilidade é fundamental modificar radicalmente as atitudes dos seres humanos. Os progressos nesse sentido dependem da instrução e sensibilização dos cidadãos. Atualmente, as questões sobre o meio ambiente são foco de uma preocupação mundial, o processo acelerado de consumo desordenado dos recursos naturais do planeta, gera um leque de problemas ambientais, que colocam em perigo nosso futuro comum. A leitura destas questões vista pela perspectiva da Ciência, revela o tamanho das avarias e danificações físico-químicas e biológicas na natureza, por interferências inadvertidas e impensadas da ação humana. Na busca de sociedades menos consumistas e mais equilibradas, a Educação Ambiental se apresenta como uma das melhores alternativas para a construção dessa nova sociedade sustentável. Assim, providenciar a industrialização a qualquer preço passou a ser a meta dos países pobres.

No entanto, as escolas devem desenvolver abordagens interdisciplinares para que a industrialização e o desenvolvimento não venham afetar a qualidade de vida da população. Incentivando a comunidade escolar a busca de informações dentro da realidade econômica,

social e ecológicas e necessárias, para o estabelecimento de diretrizes referentes ao manejo e a qualidade ambiental da área de conservação em questão.

Essa questão precisa ser trabalhada num ritmo crescente para conscientizar todos a serviço da solidariedade planetária. Torna-se assim possível idealizar a cidadania como sentimento de pertença e participação no espaço público, pensando o espaço público como a nossa casa, a nossa escola, a nossa vila ou cidade, o nosso país, mas também o nosso mundo, único, onde tudo o que acontece a todos diz respeito. É talvez necessário que se incentive o gosto pela comunidade local, nacional, de forma que seja capaz de aciona o sentido crítico, sem com isso quebrar o elo entre o homem e a natureza.

A Educação Ambiental é um instrumento para o exercício da cidadania, na medida em que leva o homem a refletir e agir em nome da preservação da qualidade da vida, orientando-o para o uso adequado dos recursos naturais que, por sua, vez está submetida a um desenvolvimento político-econômico e social.

"Quem apreciou viajar pelas rotas da diversidade, está pronto para ser um educador ambiental. Isso porque a educação ambiental está intimamente associada à formação de valores e atitudes sensíveis à diversidade, à complexidade do mundo da vida e, sobretudo, a um sentimento de solidariedade diante dos outros e da natureza. Por esta breve descrição percebemos que a educação ambiental e a interdisciplinaridade são práticas que se completam, porque nascem da mesma perplexidade e perceptividade diante do mundo da vida. Também compartilham a experiência de desconforto diante das posturas fechadas que estão na base de muitas atitudes humanas de dominação, intolerância e preconceito". (CARVALHO, 1998).

Portanto, a escola deve assumir o objetivo de formar cidadãos com pensamento crítico e inovador nas diferentes formas de conhecimento, para manutenção da qualidade de vida. A EA é um processo de formação e informação, orientado para o desenvolvimento da consciência sobre as questões ambientais e de atividades que levam à participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental.

A educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito de todas as formas de vida. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva a nível local, nacional e planetária.

Portanto pouco se vê na prática esse processo e, principalmente nas escolas. Pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de número 9.394, sancionada pelo Presidente da República

Fernando Henrique Cardoso em 20 de janeiro de 1996, estabelece: “A Educação Ambiental será considerada na concepção dos conteúdos curriculares de todos os níveis de ensino, implicando desenvolvimento de hábitos e atitudes sadias de conservação ambiental e respeito à natureza a partir do cotidiano da vida escolar e da sociedade”.

3.2 - Como o Cidadão pode ajudar na Sociedade Sendo Sustentável

O mínimo pode se tornar algo com uma proporção enorme a longo prazo. Por isso, para conseguirmos reverter o quadro do mundo atual, tudo vai depender de cada cidadão, cada conjunto que preza uma mudança nos hábitos e manias da sociedade. Cada cidadão tem o papel de conscientizar o próximo e, principalmente, agir de forma consciente, mesmo as vezes você fazendo papel de chato, mas antes ser chato agora do que sofrer com o mundo no futuro.

Há uma demanda atual para que a sociedade esteja mais motivada e mobilizada para assumir um papel mais propositivo, bem como seja capaz de questionar, de forma concreta, a falta de iniciativa do governo na implementação de políticas ditadas pelo binômio da sustentabilidade e do desenvolvimento num contexto de crescente dificuldade na promoção da inclusão social.

Nessa direção, a problemática ambiental constitui um tema muito propício para aprofundar a reflexão e a prática em torno do restrito impacto das práticas de resistência e de expressão das demandas da população das áreas mais afetadas pelos constantes e crescentes agravos ambientais. Mas representa também a possibilidade de abertura de estimulantes espaços para implementar alternativas diversificadas de democracia participativa, notadamente a garantia do acesso à informação e a consolidação de canais abertos para uma participação plural.

A postura de dependência e de desresponsabilização da população decorre principalmente da desinformação, da falta de consciência ambiental e de um déficit de práticas comunitárias baseadas na participação e no envolvimento dos cidadãos, que proponham uma nova cultura de direitos baseada na motivação e na co-participação da gestão ambiental.

Por enquanto estamos em um caminho com volta, então podemos agir ainda e quanto mais cidadãos tiverem a vontade e a conscientização de aprender, agir e passar o seu conhecimento para o próximo, mais chances vamos ter de reverter esse quadro.

E para isso só depende de cada cidadão, pois não adianta uma campanha de conscientização sendo que o público que é atingido não vê de uma forma importante e não age conforme o que foi ensinado. Não vale a pena o cidadão falar de sustentabilidade, sendo

que o mesmo come e joga o lixo na rua ou gasta água como se não houvesse o amanhã e muitas outras.

Essas atitudes não vão melhorar o meio ambiente e a sociedade, é um pensamento individualista e precisamos de mais pensamentos em coletivo, pois se continuarmos poluindo o mundo não vai ser ruim somente para uma pessoa, mas para todos que habitam dentro dele.

Portanto, o ensinamento e a aprendizagem dependem 100% dos cidadãos. Somente nós podemos reverter o quadro atual, para a longo prazo conseguirmos ter um mundo melhor e mais sustentável para uma duração muito maior e conforto para nós que o habitamos.

O desafio é, pois, o de formular uma educação ambiental que seja crítica e inovadora, em dois níveis: formal e não formal. Assim a educação ambiental deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social. O seu enfoque deve buscar uma perspectiva holística de ação, que relaciona o homem, a natureza e o universo, tendo em conta que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável pela sua degradação é o homem. Para Sorrentino (1998), os grandes desafios para os educadores ambientais são, de um lado, o resgate e o desenvolvimento de valores e comportamentos (confiança, respeito mútuo, responsabilidade, compromisso, solidariedade e iniciativa) e de outro, o estímulo a uma visão global e crítica das questões ambientais e a promoção de um enfoque interdisciplinar que resgate e construa saberes.

Quando nos referimos à educação ambiental, a situamos em contexto mais amplo, o da educação para a cidadania, configurando-a como elemento determinante para a consolidação de sujeitos cidadãos. O desafio do fortalecimento da cidadania para a população como um todo, e não para um grupo restrito, concretiza-se pela possibilidade de cada pessoa ser portadora de direitos e deveres, e de se converter, portanto, em ator corresponsável na defesa da qualidade de vida.

O principal eixo de atuação da educação ambiental deve buscar, acima de tudo, a solidariedade, a igualdade e o respeito à diferença através de formas democráticas de atuação baseadas em práticas interativas e dialógicas. Isto se consubstancia no objetivo de criar novas atitudes e comportamentos diante do consumo na nossa sociedade e de estimular a mudança de valores individuais e coletivos (Jacobi, 1997). A educação ambiental é atravessada por vários campos de conhecimento, o que a situa como uma abordagem multi-referencial, e a complexidade ambiental (Leff, 2001) reflete um tecido conceitual heterogêneo, "onde os campos de conhecimento, as noções e os conceitos podem ser originários de várias áreas do saber" (Tristão, 2002).

Portanto, a dimensão ambiental representa a possibilidade de lidar com conexões entre diferentes dimensões humanas, propiciando, entrelaçamentos e múltiplos trânsitos entre múltiplos saberes. A escola participa então dessa rede "como uma instituição dinâmica com capacidade de compreender e articular os processos cognitivos com os contextos da vida" (Tristão, 2002).

Educação socioambiental “refere-se ao conjunto de ações e valores que correspondem à dimensão pedagógica dos processos comunicativos ambientais, marcados pelo dialogismo, pela participação e pelo trabalho coletivo. A indissociabilidade entre questões sociais e ambientais no fazer-pensar dos atos educativos e comunicativos é ressaltada pelo termo socioambiental. A dimensão pedagógica, nesse caso em particular, tem foco no ‘como’ se gera os saberes e ‘o que’ se aprende na produção cultural, na interação social e com a natureza”.

O fato, porém, é que vivemos hoje em uma sociedade organizada pela padronização dos processos, sistematização das relações e “apostilamento” do aprendizado. O indivíduo é cada vez mais desvalorizado e inserido em um padrão social.

As crianças vivem praticamente confinadas, e o “brincar livre” e o contato com ambientes naturais tornam-se momentos esporádicos na infância. Esse distanciamento do convívio em ambientes naturais transforma profundamente a forma de pensar, viver, sentir e agir.

A concepção de educação, sociedade e ambiente pressupõe alterações em relação aos mais diversos aspectos da nossa organização político-social. A educação socioambiental surge como uma proposta a diversos segmentos da sociedade para uma mudança de valores e posturas, tendo como grande desafio aliar educação à sustentabilidade.

Nesse contexto, um segmento com importante representatividade na sociedade é a escola. Compreender a escola como articuladora de potenciais educativos impõe repensarmos as estruturas clássicas da organização escolar atual e de como lidamos com os indivíduos educando e educador.

Educadores precisam de oportunidades para participarem de processos educativos que o conduzam ao autoconhecimento e difusão de seus conhecimentos, visando o desenvolvimento de um projeto pessoal e de trabalho em conjunto com os educandos e demais educadores.

Se pensarmos que educação significa o meio em que os hábitos, costumes e valores de uma comunidade são transferidos de geração para geração, e que se forma por meio de situações presenciadas e experiências vividas por cada indivíduo ao longo de sua vida, não

podemos desvincular o indivíduo dos processos educativos. Educadores precisam vivenciar o que ensinam. Afinal, só ensinamos e cuidamos do que de fato conhecemos.

A comunidade educativa e os ambientes naturais possuem grande potencial para a busca da melhoria nas relações humanas e para a transformação da relação homem-natureza. O contato direto com a natureza nos faz reconhecer a existência de algo comum entre nós. Quanto mais intensificamos e promovemos essas relações entre nós e o ambiente, mais desenvolvida será a consciência sobre as nossas responsabilidades e o cuidado que devemos ter com todas as vidas.

É importante, também, intensificar a valorização dos ambientes naturais como espaços educadores à área de ciências exatas e humanas, não somente para educadores da área de ciências biológicas. Educadores em geral podem promover o contato com a natureza, enxergando-a como um espaço educador, atendendo ao seu planejamento e currículo escolar. Vivenciar a natureza é um convite à restauração das relações humanas e com o meio. “Sem encantamento o conhecimento não nos afeta de verdade”, afirma Rita Mendonça, autora do ebook Atividades em áreas naturais.

Participar, compartilhar e sentir a natureza é uma oportunidade de refletirmos sobre a necessidade de estreitarmos a relação homem-natureza, e faz com que o processo educativo se torne mais aprazível, proporcionando transformações pessoais e interpessoais.

Projetos ou ações pontuais não determinam as mudanças de atitudes ou o despertar de uma consciência para um comportamento ambientalmente responsável.

Portanto, a vivência com a natureza estimula cognitivamente, estudantes e educadores, e traz verdadeiramente um conhecimento e aprendizagem socioambiental, para então, atingirmos as mudanças de valores que possam refletir em nosso meio ambiente.

Para isso, educadores precisam ser cada vez mais estimulados a refletir sobre temas transversais que caminhem na direção de uma educação inovadora e interdisciplinar, que estimule a discussão e a reflexão sobre a realidade social, política, econômica e cultural. Conhecimento e práticas que contribuem para a construção coletiva de uma cultura de sustentabilidade.

Com todo esse tema, através de estudos e pesquisas esperamos ver novos avanços e maneiras que podem mudar a educação e a forma de aprendizagem sobre o assunto e consequentemente trazer bons resultados para a sociedade como um todo.

CONCLUSÃO

A educação gera aprendizagem, e investir em educação gera uma vida mais rentável, em aspectos sociais, ambientais e políticos.

O ensinamento e a aprendizagem sobre o tema sustentabilidade é importante e o quanto pequenas coisas podem mudar em grande proporção a longo prazo. Mas não depende somente de uma pessoa e sim de um conjunto, da sociedade em geral, pois se alguns adotam e aplicam, mas a maioria não o resultado final será o mesmo, se a grande maioria se não todos adotarem um estilo mais sustentável, consequentemente ser bom para todos e terá uma duração muito maior. Então para poder reverter o quadro do mundo atual é necessário fazer esse assunto ter uma proporção ampla, conscientizar pessoas próximas, e sempre passar seus conhecimentos para o próximo, pois as vezes essa é a diferença para ter um mundo mais sustentável.

Pois isso só vai depender de cada cidadão, se cada um fizer a sua parte, sem dúvidas a longo prazo terão consequências boas e será por esse motivo.

Também, foi possível concluir a importância dos novos avanços tecnológicos, surge à necessidade de condicionar a implementação dessas tecnologias ao processo pedagógico de cada escola desenvolvido dentro dos conselhos escolares, buscando a criação de espaços que discutam a temática ambiental, resguardando as tecnologias de populações tradicionais que tenham sustentabilidade ambiental.

Como resultado de todo o sistema vigente no Brasil é importante que se incentive a estruturação dos currículos visando à incorporação da temática ambiental de forma que contemplem os diversos saberes: da prática docente.

A formação da consciência ambiental das nossas crianças e juventudes, são de grande importância para desenvolvimento do exercício de sua cidadania.

Nosso caminho é construído no nosso caminhar. A curiosidade, a incerteza, a dúvida ou a coragem de assumir riscos nos faz crer que a EA perde o seu significado, se não for compreendida dentro de suas limitações.

E exatamente por não possuir um “profissional interdisciplinar”, todas as áreas podem, e devem contribuir para a temática ambiental. Lembramos que a interdisciplinaridade é o diálogo, não se conversa com quem sabe tudo, ou com quem sabe nada. Ao debatermos as tendências nas pesquisas em EA, devemos ter a compreensão de que a estratégia de formação continuada potencialmente mais produtiva consiste em inserir professores nas pesquisas dos processos de ensino- aprendizagem. Tais estratégias deveriam incorporar a pesquisa como a

maior inovação didática das disciplinas, ancorada num processo de transformação de realidades.

Sobre a situação da educação brasileira atual, o impacto irreversível causado pela pandemia do COVID-19 já é previsto, principalmente no setor público, já que grande parte dos alunos não possuem recursos para estudarem a distância. Mesmo com o grande avanço tecnológico, principalmente de trabalho remoto, em um curto período causado pelo vírus este mesmo avanço demonstra a desigualdade presente no país. O "fator surpresa" do COVID-19 pode ser considerado um momento de ruptura dos costumes das nações em todos os setores, sendo os mais afetados, negativamente ou positivamente, aqueles que podem ou são diretamente afetados a tecnologia da informação.

Em relação apenas ao problema de educacional pública durante a pandemia há quatro tópicos afetados, que pode ser resumido em estrutura, relação família e escola, problemas sociais e conteúdo. O problema da estrutura engloba a falta de acesso a computadores e internet (Segundo a pesquisa TIC Domicílios, divulgada em 2019, apenas 44% dos domicílios da zona rural brasileira têm acesso à internet.), o problema de relação-família engloba a dificuldade dos professores entrarem em contato com os pais dos alunos e o esgotamento emocional dos docentes, o problema social está relacionado a falta de merenda (foi visto que muitos alunos vão para escola apenas para comer, por exemplo) e maior exposição a violência, e o problema de conteúdo seria a falta de preparo dos professores para ministrar aulas online.

REFERÊNCIAS

[1] BRASIL ESCOL. Educação. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/educacao/.> Acesso em 17/03/2020.
[2] FRAGMAQ. A importância da educação ambiental. Disponível em: <https://www.fragmaq.com.br/blog/saiba-importancia-educacao-ambiental/>. Acesso em: 23/04/2020.
[3] GLOBO. Sem internet, merenda e lugar para estudar: veja obstáculos do ensino à distância na rede pública durante a pandemia de Covid-19. Disponível em:< https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/05/05/sem-internet-merenda-e-lugar-para-estudar-veja-obstaculos-do-ensino-a-distancia-na-rede-publica-durante-a-pandemia-de-covid-19.ghtml> Acesso em 20/06/2020
[4] INFO ESCOLA. Aprendizagem. Disponível em: <https://www.infoescola.com/educacao/aprendizagem/>. Acesso 01/03/2020.
[5] JUSBRASIL. Educação ambiental sustentável: Introduzir de forma sistemática a educação ambiental e a sustentabilidade na grade curricular das escolas brasileiras pode ser um caminho ímpar de obter resultados em justiça social e qualidade de vida. Disponível em: <https://carollinasalle.jusbrasil.com.br/artigos/127222834/educacao-ambiental-sustentavel.> Acesso em 18/04/2020.

[6] PORTAL EDUCAÇÃO. A Aprendizagem Infantil Envolvendo Sustentabilidade. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/a-aprendizagem-infantil-envolvendo-sustentabilidade/35156.> Acesso 01/03/2020.
TODOS PELA EDUCAÇÃO. Cenários da educação. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/cenarios-da-educacao.> Acesso em 26/04/2020.
[7] UNESCO. Educação para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/education/education-for-sustainable-development/.> Acesso em 18/03/2020.
[8] _____. Education for Sustainable Development. Disponível em: <https://en.unesco.org/themes/education-sustainable-development.> Acesso em 26/04/2020.
[9] _____. Ciência para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/rio-20/science-for-sustainable-development/.> Acesso em 18/04/2020.
[10] _____. Conscientização sobre as prioridades das políticas verdes. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/rio-20/building-awareness-for-green-policy/> Acesso em 18/04/2020.
[11] _____. Sítios da UNESCO para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/rio-20/sites-for-sustainable-development/> Acesso em 18/04/2020.
[12] WINTER, J., STERLING, S., COTTON, D. (2015b). 7 Steps to embedding sustainability into student learning. Educational Development, Plymouth University.